

FRUTICULTURA NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural
Coordenadora de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB
fatimavidal@bnb.gov.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados da FAO (2018), em 2016 o Brasil foi o terceiro maior produtor mundial de frutas com 42,3 milhões de toneladas, atrás apenas da China e da Índia. No Nordeste brasileiro, apesar das restrições hídricas e de solo do semiárido, a fruticultura também se reveste de elevada importância econômica e social. A Região respondeu em 2016 por 28,9% do valor de produção nacional de frutas; considerando toda a área de atuação do BNB¹ esse percentual foi de quase 34%.

Uma das explicações para o bom desempenho da fruticultura irrigada no Nordeste são as condições climáticas favoráveis (alta luminosidade, temperatura elevada e baixa umidade relativa do ar média) que conferem à Região, vantagem comparativa em relação ao Sul e Sudeste do País para o cultivo de grande quantidade de culturas. No entanto, a fruticultura no Nordeste está concentrada próxima ao litoral, onde ocorrem os maiores volumes de chuvas, e nos polos de irrigação. É ainda baixa, a área explorada com fruticultura nas serras úmidas, onde existe elevado potencial para a produção de frutas de clima temperado².

1 Nordeste, parte do território de Minas Gerais (Mesorregiões: Janaúria, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol, Bocaiuva, Capelinha, Araçuá, Pedra Azul, Almenara, Teófilo Otoni, Nanuque) e parte do Espírito Santo (Mesorregiões: Barra de São Francisco, Nova Venécia, Colatina, Montanha, São Mateus e Linhares).

2 Detalhes sobre produção de frutas temperadas no semiárido, ver Vidal e Ximenes (2016). Comportamento recente da fruticultura nordestina: área, valor da produção e comercialização. Caderno Setorial ETENE. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1138347/3_fruta.pdf/e5f76cc8-c25a-ff08-6402-](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1138347/3_fruta.pdf/e5f76cc8-c25a-ff08-6402-9d75f3708925)

Este trabalho tem como objetivo mostrar a conjuntura atual e perspectivas da fruticultura na Área de Atuação do Banco do Nordeste, após longo período de estiagem compreendido entre 2012 a 2016.

2 ÁREA CULTIVADA

A área total cultivada com fruticultura na jurisdição do Banco do Nordeste (BNB) foi de aproximadamente 2 milhões de hectares em 2016 (levantamento mais recente), considerando cultivos irrigados e de sequeiro, temporários e permanentes, mas predominando a fruticultura permanente (**Gráfico 1**) com 96,2% da área total. E este sistema de produção, foi o que mais foi exposto à longa estiagem do período de 2012 a 2016, inclusive, já em 2017, muito embora em muitos estados a quadra chuvosa tenha sido considerada normal (dentro da média), a distribuição das chuvas foi irregular. Dessa forma, a seca prolongada reduziu a área dos pomares permanentes em quase 210 mil hectares, representando um elevado prejuízo, não apenas econômico, mas social no setor rural. Ademais, a redução drástica do nível de água nos reservatórios obrigou a intervenção pela restrição da vazão para irrigação em alguns estados, a exemplo do Ceará, Pernambuco e Bahia, estados majoritariamente em área semiárida (**Tabela 1; Gráfico 2**).

9d75f3708925. Acesso em junho de 2018.

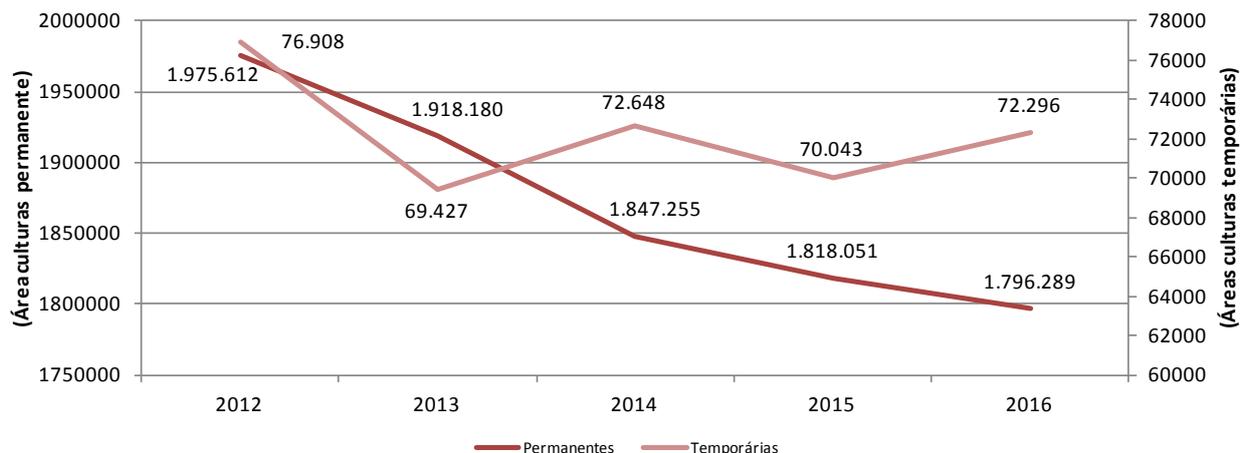
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE

Expediente: Banco do Nordeste: Romildo Carneiro Rolim (Presidente). Luiz Alberto Esteves (Economista-Chefe). Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE: Tibério R. R. Bernardo (Gerente de Ambiente). Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais: Luciano J. F. Ximenes (Gerente Executivo), Maria Simone de Castro Pereira Brainer, Maria de Fátima Vidal, Jackson Dantas Coelho, Fernando L. E. Viana, Francisco Diniz Bezerra, Luciana Mota Tomé, Roberto Rodrigues Pontes (Jovem Aprendiz). Célula de Gestão de Informações Econômicas: Bruno Gabai (Gerente Executivo), José Wandemberg Rodrigues Almeida, Gustavo Bezerra Carvalho (Projeto Gráfico), Hermano José Pinho (Revisão Vernacular), Dalylia Soares de Azevedo e Antônio Kassyo Monteiro Costa (Bolsistas de Nível Superior).

O **Caderno Setorial ETENE** é uma publicação mensal que reúne análises de setores que perfazem a economia nordestina. O Caderno ainda traz temas transversais na sessão "Economia Regional". Sob uma redação eclética, esta publicação se adequa à rede bancária, pesquisadores de áreas afins, estudantes, e demais segmentos do setor produtivo. **Contato:** Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bl A2 Térreo, Passaré, 60.743-902, Fortaleza-CE. <http://www.bnb.gov.br/etene>. E-mail: etene@bnb.gov.br

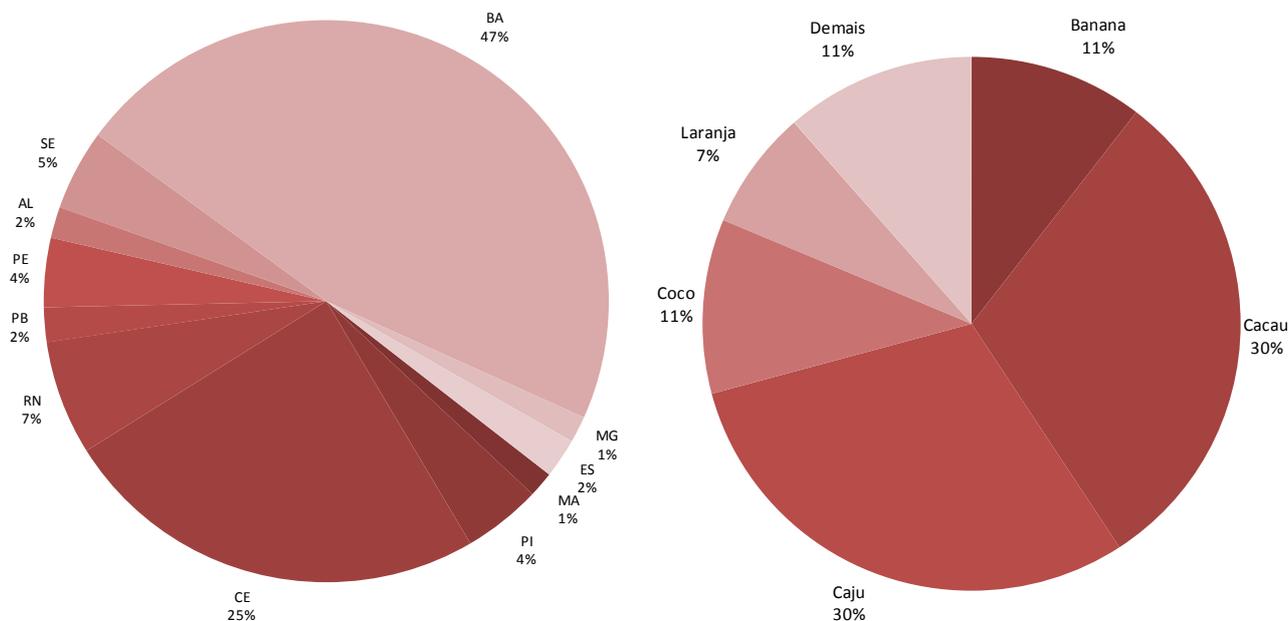
Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Gráfico 1 - Evolução da área cultivada (hectares) com fruticultura temporária e permanente na área de atuação do BNB entre 2011 e 2016



Fonte: IBGE (2018).

Gráfico 2 - Perfil da fruticultura na Área de Atuação do BNB em 2016. Participação relativa dos estados em área cultivada (imagem à esquerda) e relação das principais lavouras em extensão de área (à direita)



Fonte: IBGE (2018).

Tabela 1 - Variação de área ocupada com fruticultura na área de atuação do BNB entre 2011 e 2016 (em hectares)

Estados	Permanentes	Temporárias	Total
Piauí	-93.209	426	-92.783
Rio Grande do Norte	-52.727	3.801	-48.926
Ceará	-42.698	-2.768	-45.466
Pernambuco	-23.394	-1.963	-25.357
Sergipe	-17.756	-666	-18.422
Maranhão	-10.138	-1.722	-11.860
Paraíba	-7.242	116	-7.126
Espírito Santo	-2.355	42	-2.313
Minas	41	-210	-169
Alagoas	8.654	1.386	10.040
Bahia	31.347	-1.826	29.521
Total	-209.477	-3.384	-212.861

Fonte: IBGE (2018).

3 PRODUÇÃO

A longa estiagem de 2012-2016 reduziu a produção de frutas na Área de Atuação do BNB em cerca de 16%, que representa aproximadamente 1,7 milhão de tonela-

das, comparada ao ano de 2011, considerado de quadra chuvosa normal. Em relação às culturas de coco e abacaxi, cujos quantitativos são expressos em unidades de frutos, as perdas foram de 5,25% e 5,62%, equivalentes a aproximadamente 81 e 35 milhões de frutos, nesta ordem (**Tabelas 2 e 3**).

Tabela 2 - Produção de frutas na área de atuação do BNB (toneladas)

Lavoura	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*	2018*
Banana	3.256.257	2.843.467	2.821.445	2.881.532	2.767.853	2.707.348	2.381.001	2.266.643
Cacau	164.420	164.311	157.346	165.388	158.694	121.280	83.869	103.218
Castanha de caju	227.191	76.824	107.090	105.789	100.578	72.999	133.028	131.303
Goiaba	158.433	151.455	151.933	158.932	211.286	197.059	-	-
Laranja	1.998.032	1.997.008	1.750.039	1.788.941	1.676.380	1.815.529	1.609.058	1.507.673
Mamão	1.751.866	1.421.540	1.486.966	1.496.569	1.333.020	1.310.680	-	-
Manga	928.608	844.120	861.758	852.419	714.482	757.372	-	-
Maracujá	727.346	602.710	670.745	659.182	489.470	516.089	-	-
Uva	283.452	296.398	292.226	325.773	325.720	330.347	444.958	284.963
Melancia	708.387	673.923	623.724	639.537	561.782	571.178	-	-
Melão	468.436	547.262	537.437	559.102	494.065	570.838	-	-
Total	10.672.428	9.619.018	9.460.709	9.633.164	8.833.330	8.970.719	-	-

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal (2018), IBGE/LSPA (2018).

Tabela 3 - Produção de coco e abacaxi na área de atuação do BNB (Em mil frutos)

Lavoura	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Coco	1.536.536	1.535.627	1.537.572	1.564.573	1.613.056	1.455.826
Abacaxi	626.560	636.818	597.104	710.330	661.198	591.330

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal (2018), IBGE/LSPA (2018).

O IBGE divulga estimativas de área e de produção para poucas frutícolas (Banana, laranja, cacau, castanha de caju e uva). Segundo levantamento mais recente (IBGE/LSPA, 2018), em 2017, a produção de banana, cacau, e laranja no Nordeste continuou em declínio, enquanto que a produção de castanha de caju voltou a crescer, pois o volume de chuvas naquele ano, embora abaixo da média, foi suficiente para melhoria da produtividade, mesmo assim, a produção ainda foi 41,4% inferior a 2011. Para a safra 2018, espera-se que a produção de castanha de caju se recupere no Piauí, mas a produção do Nordeste deverá ser menor devido ao baixo desempenho da cultura no Ceará. As expectativas são de que em 2018, a produção de castanha de caju no Ceará seja 17,4% inferior a 2017. Com relação à cultura do melão, em decorrência da restrição de água na bacia do rio Jaguaribe no Ceará, o plantio tem sido deslocado para o Rio Grande do Norte, onde a irrigação é feita com água subterrânea. Porém, os irrigantes do Rio Grande do Norte também enfrentam sérios problemas com relação à água. Devido à escassez de chuvas nos últimos anos, a reposição dos estoques de água subterrânea tem sido muito baixa, esse fato aliado a superexploração do lençol freático está secando os poços. Além disso, está ocorrendo a salinização da água subterrânea em algumas regiões, o que pode prejudicar a produtividade e exige muita atenção no manejo da irrigação com vistas a evitar salinização do solo.

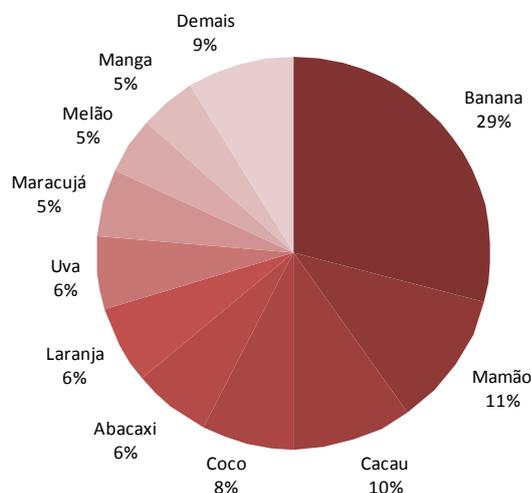
4 VALOR DA PRODUÇÃO

Importante destacar que o tamanho da área nem sempre guarda relação com o valor de produção (VBP) gerado pela cultura. O cajueiro, por exemplo, que em 2016 ocupou em torno de 30% da área com fruticultura no Nordeste respondeu por apenas 2% do VBP do setor, porém gera renda no semiárido na época mais seca do ano, quando as fontes de renda no meio rural são extremamente escassas. Um dos fatores que contribui para o baixo VBP da cajuicultura é o desperdício do pedúnculo (caju), pois quase toda a receita da cultura se deve à comercialização da castanha.

Em linhas gerais, a fruticultura na área de atuação do BNB respondeu em 2016 por 33% do VBP agrícola da Região. A banana foi a principal fruta explorada na jurisdição do BNB, está presente em todos os Estados e respondeu por 29% do VBP total da fruticultura. Muitas frutas que são pouco expressivas regionalmente, possuem elevada importância para determinados Estados, como o abacaxi, responsável por 55,4% do VBP da fruticultura da Paraíba, do melão com 33,7% do VBP de frutas do Rio Grande do Norte, da uva em Pernambuco com 35% do VBP do setor no Estado e da laranja em Sergipe, com 44% do VBP da fruticultura sergipana em 2016. A influência da longa estiagem sobre o VBP na área de atuação do BNB não foi tão representativo porque

o sistema predominante de produção é o irrigado, além do aumento de preços decorrente da supressão da oferta (Gráfico 4; Tabela 4).

Gráfico 4 - Participação percentual das principais frutas no valor de produção da fruticultura na área de atuação do BNB em 2016



Fonte: IBGE (2018).

Tabela 4 - Evolução do valor de produção de frutas na área de atuação do BNB (Em mil R\$) - (permanentes e temporárias)

Estados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011-2016 (%)
Maranhão	167.292	169.480	181.295	166.661	163.396	116.646	-30,3
Piauí	171.897	123.552	166.055	172.877	198.130	221.935	29,1
Ceará	1.396.836	1.243.999	1.399.220	1.345.169	1.095.545	1.073.205	-23,2
Rio Grande do Norte	748.039	813.692	857.039	747.836	717.617	836.969	11,9
Paraíba	627.657	673.382	684.504	607.835	609.755	579.782	-7,6
Pernambuco	1.376.524	1.491.935	1.922.457	1.500.363	1.487.734	1.424.683	3,5
Alagoas	102.222	93.082	113.184	166.959	236.019	298.899	192,4
Sergipe	521.037	501.253	553.986	558.368	501.275	477.686	-8,3
Bahia	5.509.063	4.637.554	4.533.639	4.828.216	4.935.717	5.181.540	-5,9
Minas Gerais*	790.726	769.483	1.015.342	874.758	849.442	1.031.230	30,4
Espírito Santo*	676.817	659.735	631.206	659.820	562.686	602.700	-11,0
Total	12.088.110	11.177.146	12.057.928	11.628.860	11.357.316	11.845.275	-2,0

Fonte: IBGE (2018).

Valores atualizados pelo IGP-DI.

*Valor de Produção na área de atuação do BNB em Minas Gerais e no Espírito Santo.

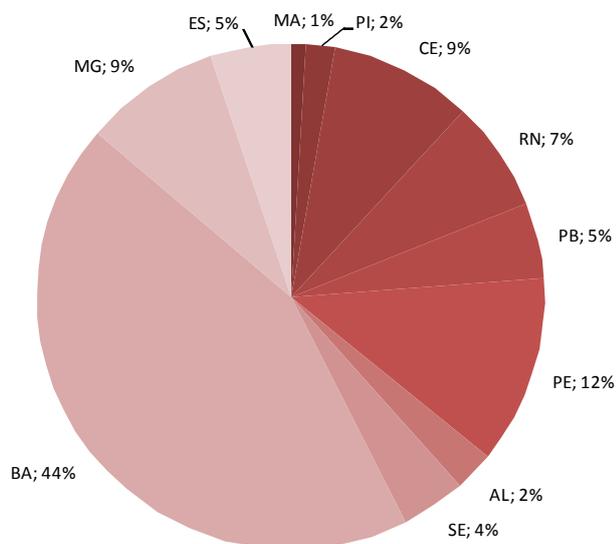
Paraíba e Sergipe também têm relevante percentual do valor de produção de frutas na área de atuação do BNB. A Paraíba em 2016, respondeu por 42% do valor de produ-

ção de abacaxi e Sergipe é o segundo maior produtor de laranja da Região, com 28% do valor da produção total.

Devido a disponibilidade hídrica na bacia do rio São Francisco (BSF) e a grande extensão territorial do Estado, a Bahia destaca-se tanto no plantio irrigado quanto na produção de sequeiro, sendo o maior produtor regional de banana, coco, laranja, limão, mamão, manga, maracujá e melancia. Além de ser responsável por 100,0% da produção de cacau do Nordeste.

Em Pernambuco e na Bahia a fruticultura irrigada se concentra na BSF. No polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA ao empresariado agrícola detentor de capital e de conhecimento se atribui, em grande medida, o desenvolvimento da fruticultura irrigada. Além dos polos de irrigação na Bahia e de Pernambuco, a região hidrográfica do São Francisco contempla também importantes perímetros irrigados em Sergipe, Alagoas e Minas Gerais. Fora da BSF, o Ceará e o Rio Grande do Norte se destacam na produção de frutas, que em função da infraestrutura de irrigação, são responsáveis por elevada parcela regional da produção de banana, melão, melancia, goiaba e coco-da-baía. Estes estados possuem ainda vastas áreas cultivadas com cajueiro. O Rio Grande do Norte é o maior polo produtor nacional de melão e o Ceará possui a maior área cultivada com cajueiro no País.

Gráfico 5 - Participação percentual dos estados no valor da produção da fruticultura na área de atuação do BNB em 2016



Fonte: IBGE (2018).

Complementando, no Norte de Minas Gerais a fruticultura irrigada se tornou o principal segmento agrícola. Parte do avanço e a consolidação do setor nessa mesorregião ocorreram devido à organização dos produtores. A principal fruteira cultivada é a bananeira, que em 2016 atingiu 64% do VBP da fruticultura do Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. A bananicultura é conduzida em sistema irrigado e os plantios se concentram nas microrregiões de Janaúba e Janaúria, onde se localizam os perímetros de irrigação Jaíba, Lagoa Grande e Gorutuba. A maioria dos produtores é de porte médio, muitos pequenos bananicultores migraram para outras culturas irrigadas menos exigentes em capital. Vale destacar ainda, os cultivos de mamão, limão e de manga, que foram em 2016 responsáveis por 8%, 7% e 6% respectivamente, do

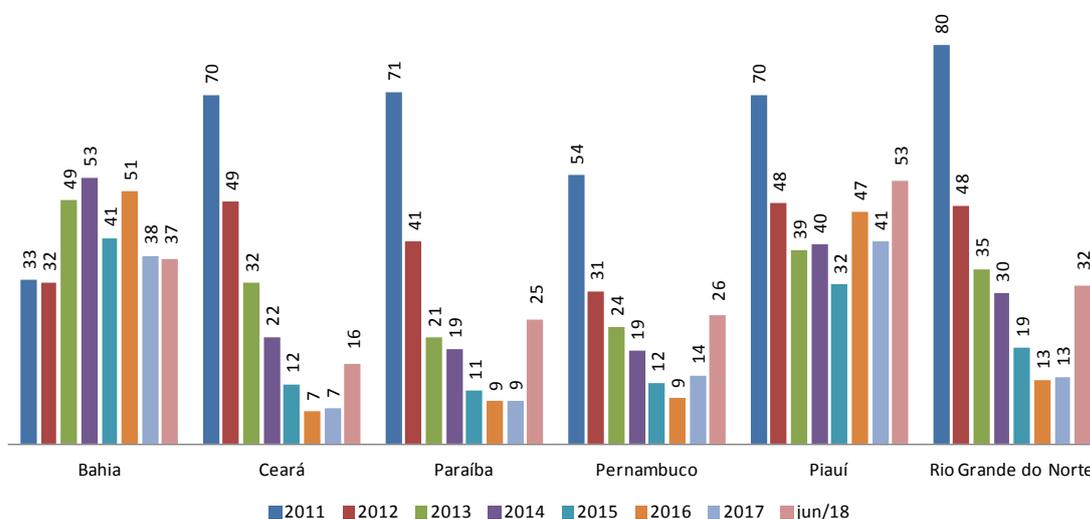
VBP da fruticultura na área de atuação do BNB em Minas.

Por fim, ainda na Área de atuação do BNB, no Norte do Espírito Santo, a principal frutícola explorada, em termos de VBP é o mamão. Em 2016, o Estado respondeu por cerca de 25% da produção nacional da fruta e quase toda a área (98%) com mamão do Estado está nas microrregiões de Nova Venécia, Montanha, São Mateus e Linhares, área de atuação do BNB. O Estado foi responsável por quase 40% do valor total exportado do País em 2016, equivalente a US\$ 16,4 milhões. No entanto, a sua produção de mamão tem reduzido. Entre 2011 e 2016, a perda de safra foi de 54,5%. Em 2013, a diminuição da área cultivada foi de cerca de 1.000 hectares em relação a 2012 e, nos anos de 2014 e 2015, a área plantada voltou a crescer, no entanto, os pomares perderam consideravelmente a produtividade em decorrência da estiagem, culminando em nova redução de área em 2016. Mesmo assim, no mesmo ano, o mamão respondeu por 60,5% do VBP total da fruticultura no Espírito Santo, isso porque as demais culturas também sofreram com a seca. O coco é a segunda cultura mais importante na área de atuação do BNB no Espírito Santo. Em 2016, a produção de coco foi responsável por 12% do VBP total da fruticultura. Outras culturas importantes na jurisdição do BNB no Espírito Santo em termos de valor de produção, foram cacau (9%), banana (7%) e maracujá (6%) (IBGE, 2018).

5 DISPONIBILIDADE HÍDRICA

Em 2018, o regime de chuvas foi melhor que nos anos anteriores em muitos estados da área de atuação do BNB, no entanto, a recarga dos reservatórios foi relativamente baixa. Assim, as perspectivas para o crescimento da produção de frutas irrigadas, nas regiões que possuem como fonte hídrica os açudes, não são muito animadoras. A situação é mais crítica para os cultivos permanentes. Entenda-se que em junho de 2018, após o final do período chuvoso, os açudes do Ceará, estavam com 16% da sua capacidade total de armazenamento, os da Paraíba estavam com 25% e os de Pernambuco com 26% (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Percentual de água armazenada em reservatórios no Nordeste por estado (12/2011 a 05/2018)



Fonte: ANA/SAR (2018).

Obs: O gráfico não contabiliza os volumes armazenados nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional localizados no Nordeste (Sobradinho e Itaparica).

Vale salientar que as principais fontes hídricas dos perímetros irrigados administrados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) são os açudes, e que em 2018, não houve grande aporte de água na

maioria destes (**Quadro 1**). Além disso, a água dos açudes possui diversos outros usos, como a piscicultura e o abastecimento humano e, também, existem conflitos pelo uso da água.

Quadro 1 – Percentual do nível de água dos reservatórios que são fontes hídricas para os perímetros irrigados administrados pelo DNOCS

ESTADO	Perímetro	Fonte hídrica		Posição
		Reservatório	%	
Bahia	Brumado	Luis Vieira (Brumado)	25,1	18/06/2018
	Jacuri	Rômulo Campos (Jacuri)	39,0	18/06/2018
	Vaza-Baris	Cocorobó	27,1	18/06/2018
Ceará	Araras Norte	Araras	29,7	25/06/2018
	Ayres de Souza	Aires de Sousa (Jaibaras)	61,3	25/06/2018
	Baixo Acaraú	Araras	29,7	25/06/2018
	Curu Paraipaba	General Sampaio	21,6	25/06/2018
		Pereira de Miranda (Pentecoste)	8,8	25/06/2018
		Frios	22,6	25/06/2018
		Caxitoré	18,8	25/06/2018
	Curu Pentecoste	General Sampaio	21,6	25/06/2018
		Pereira de Miranda	8,8	25/06/2018
	Ema	Ema	8,5	25/06/2018
	Forquilha	Forquilha	31,6	12/06/2018
	Icó-Lima Campos	Lima Campos	10,9	25/06/2018
		Orós	9,2	25/06/2018
	Jaguaribe Apodi	Castanhão	8,1	25/06/2018
	Jaguaruana	Orós	9,2	25/06/2018
		Banabuiú	6,9	25/06/2018
	Morada Nova	Banabuiú	6,9	25/06/2018
		Pedras Brancas	17,2	25/06/2018
	Quixabinha	Quixabinha	12,6	22/06/2018
	Tabuleiro de Russas	Banabuiú	6,9	25/06/2018
Pedras Brancas		17,2	25/06/2018	
Castanhão		8,1	25/06/2018	
Varzea do Boi	Varzea do Boi	9,1	25/06/2018	
Paraíba	Engenheiro Arcoverde	Engenheiro Arcoverde	22,2	15/06/2018
	São Gonçalo	Engenheiro Avidos	25,6	19/06/2018
		São Gonçalo	47,7	21/06/2018
	Sumé	Sumé	11,3	21/06/2018
Pernambuco	Boa Vista	Boa Vista	5,9	25/06/2018
	Cachoeira II	Cachoeira II	71,0	18/06/2018
	Custódia	Marrecas/Custódia	-	25/06/2018
	Moxotó	Poço da Cruz (Eng. Francisco Saboia)	10,2	24/06/2018
Rio Grande do Norte	Baixo Açú	Açú (Eng. Armando Ribeiro Gonçalves)	28,9	25/06/2018
	Cruzeta	Cruzeta	1,1	21/06/2018
	Itans	Itans	8,9	20/06/2018
	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	10,5	20/06/2018
	Sabugi	Sabugi	39,0	21/06/2018

Fonte: DNOCS (2012), ANA/SAR (2018).

Da mesma forma, os reservatórios do Sistema Interligado Nacional localizado no Nordeste não tiveram grande recarga. De acordo com a ONS (2018), em junho de 2018 o reservatório de Sobradinho estava com 34,8% do seu volume útil e de Itaparica com 20,7%. O reservatório de Três Marias, localizado no Estado de Minas Gerais desempenha um papel fundamental de regularização do São Francisco, pois libera água em períodos de seca. Porém, assim como acontece com Sobradinho, o reservatório de Três Marias tem sofrido uma redução de seu volume acumulado devido as condições hidrológicas adversas e chuvas abaixo da média nos últimos anos (ANA, 2018).

Na **Figura 1**, observa-se que grande parte do território nordestino continua sob condições climáticas adversas. Em maio de 2018, o monitor das secas mostrava que uma pequena parte do Nordeste encontrava-se sem seca relativa. As áreas sem condições de seca encontravam-se no Maranhão, norte do Piauí, norte do Ceará, leste do Rio Grande do Norte, sul da Bahia e região litorânea de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. O norte da Bahia permanecia em situação de seca extrema ou seca grave. Piauí e Pernambuco também estavam com grande percentual de seus territórios sob condições extremas de seca, o que juntamente com o baixo nível de água armazenada nos reservatórios e a escassez hídrica também na bacia do São Francisco, poderá resultar em menores áreas cultivadas com a fruticultura de sequeiro e a irrigada. No Rio Grande do Norte, existe uma condição pouco mais favorável para a irrigação, já que ainda existem condições de utilização de água de poço. No Ceará, as mesorregiões Noroeste e Norte saíram da condição de seca; essa situação poderá ter efeito positivo na produção de castanha de caju nessa região em 2018. Porém, a condição de parte da região do Jaguaribe é de seca fraca ou moderada, o que juntamente com o baixo volume de água armazenada nos açudes deverá limitar a produção de frutas de sequeiro (caju) e irrigadas nessa região.

Mesmo na bacia hidrográfica do rio São Francisco, a situação ainda é de escassez hídrica. Dada a essa situação, a Agência Nacional das Águas (ANA) adotou em 2017 uma medida de restrição de uso para captações em corpos d'água superficiais perenes de domínio da União na BSF. A Resolução nº 1.043 de 19 de junho de 2017 da ANA, estabeleceu a suspensão de todas as captações de água nas quartas-feiras (Dia do Rio), exceto para consumo humano e dessedentação animal, até 30 de novembro de 2017. Porém, as precipitações na bacia do rio São Francisco continuaram abaixo da média histórica em 2018 e as previsões são de continuidade dessa tendência. Além disso, as vazões naturais médias de Três Marias e Sobradinho estão aquém da média. Assim, a ANA, através da Resolução nº 33, de 30 de abril de 2018 do Ministério do Meio Ambiente, prorrogou o Dia do Rio para 31 de julho de 2018. A medida poderá ser prorrogada novamente caso as condições hidrológicas e de armazenamento de água nos reservatórios da BSF requeiram continuidade de medidas de gestão da oferta e da demanda da água para preservação dos estoques de água da bacia.

Figura 1 – Monitor de secas

Monitor de Secas Maio/2018

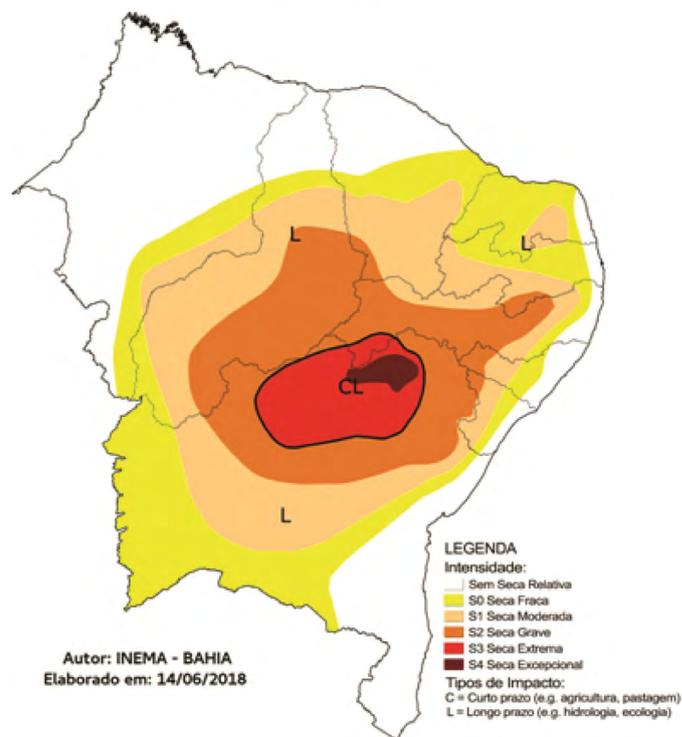


Figura 2 – Corpos d'água da bacia do rio São Francisco submetidos ao Dia do Rio



Fonte: ANA (2017). Resolução nº 1.043 de 19 de junho de 2017.

6 COMERCIALIZAÇÃO

6.1 mercado interno

A maior parte da produção nordestina de frutas é consumida no mercado interno. Assim, grande percentual de frutas produzido na área de atuação do BNB é comercializado para intermediários que distribuem os produtos para as agroindústrias, rede atacadista e varejista de frutas. O intermediário é um ator importante, principalmente para o pequeno fruticultor, por viabilizar o escoamento da produção. No entanto, Santos et al. (2007) alertaram que existem constantes conflitos entre o produtor e o intermediário, que vão desde a formação dos preços, passando pelas formas de pagamento até a ausência de fidelização do produtor ao intermediário.

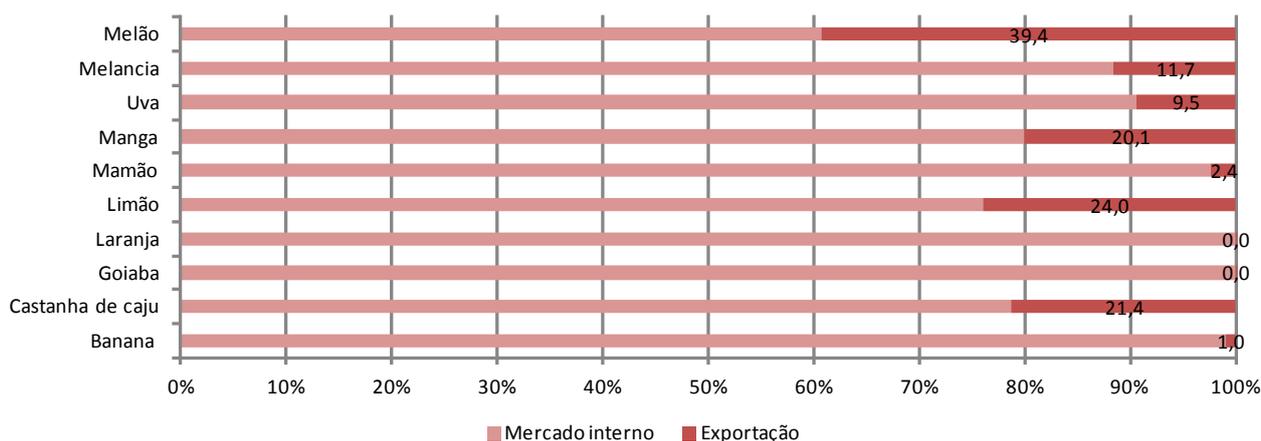
Entenda-se que é baixa, na área de atuação do BNB, a comercialização de frutas diretamente para as agroindústrias, além disso, predomina no mercado interno o consumo de frutas *in natura*. Para Santos et al. (2008), as agroindústrias do Nordeste estão relacionadas

principalmente ao beneficiamento de castanha de caju, à produção de sucos de caju, abacaxi, maracujá e laranja, à produção de polpas de frutas e à atividade de *packing house* para manga, uva de mesa, limão, melão e banana. Também é importante na Região a fabricação de vinhos no Vale do São Francisco, o processamento do coco em Alagoas, Ceará e Paraíba e o beneficiamento do cacau na Bahia.

6.2 Mercado externo

O melão, o limão, a manga e a castanha de caju foram as frutas com maior percentual da produção nordestina exportada 39%, 24%, 20%, e 21% respectivamente, em 2016. Apenas 9% da produção regional de uva, 12% da melancia e 2% do mamão foram enviadas ao mercado externo em 2016 (**Gráfico 7**). No Espírito Santo e em Minas Gerais, o cenário é o mesmo, apenas pequeno percentual da produção de limão mineiro (4,7%) e de mamão do Espírito Santo (5,2%) foi exportado em 2016.

Gráfico 7 – Percentual da produção nordestina de frutas exportada e destinada ao mercado interno em 2016



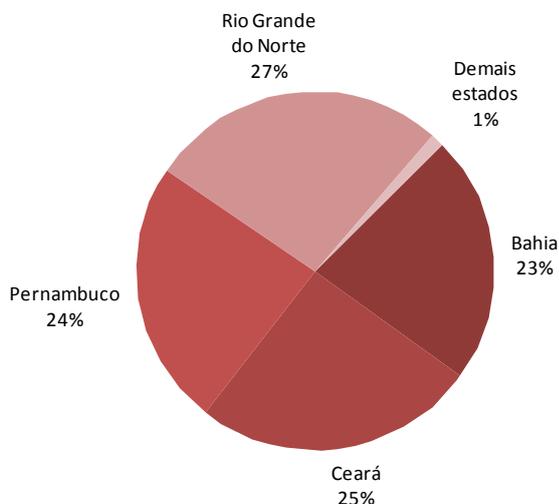
Fonte: SECEX/MDIC (2017); IBGE (2018).

Diversos fatores podem ser apontados como causa desse baixo desempenho das exportações de frutas da área de atuação do BNB, dentre os quais: barreiras comerciais e fitossanitárias, falta de padronização e de certificação dos produtos, baixo nível de conhecimento por parte do produtor para exportar, concorrência com outros países e carência de infraestrutura, a exemplo de insuficiência ou mesmo ausência de *packing house*. O acesso ao mercado externo exige do setor elevada eficiência operacional que garanta a regularidade da oferta e a qualidade dos produtos, de forma a atender as exigências do mercado.

Há também que considerar que o comércio internacional de frutas frescas é dominado por poderosas companhias de comercialização (*trading companies*), que possuem eficientes estruturas de pós-colheita, armazenagem e distribuição e que possuem amplo conhecimento e poder de mercado. Por outro lado, o mercado interno é extenso e pouco exigente; dessa forma, os médios e pequenos produtores não são motivados a exportar.

Além de um pequeno percentual das frutas exportadas, poucos tipos de frutas nordestinas são comercializadas no comércio exterior. Melão, manga, castanha de caju e uva foram responsáveis por cerca de 90% do total do valor das exportações de frutas do Nordeste em 2017. Além disso, quase toda a exportação de frutas da Região (98,8% do valor exportado e 99,1% do volume) é realizada pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco (**Gráfico 8**). Isso porque são nesses Estados onde se localizam as mais importantes áreas irrigadas do Nordeste. Os Estados da Bahia e de Pernambuco concentram as exportações nordestinas de manga, uva e limão. O Ceará e Rio Grande do Norte respondem pela maior parte das exportações de melão, castanha de caju e melancia. O Ceará perdeu muito em participação nas exportações da Região, saiu de 34% do valor total exportado pelo Nordeste em 2016 para 25% em 2017. Além da redução das exportações de castanha de caju e manga, houve forte retração das exportações de melão.

Gráfico 8 - Participação percentual dos estados no valor das exportações nordestinas de frutas em 2017



Fonte: SECEX/MDIC (2018).

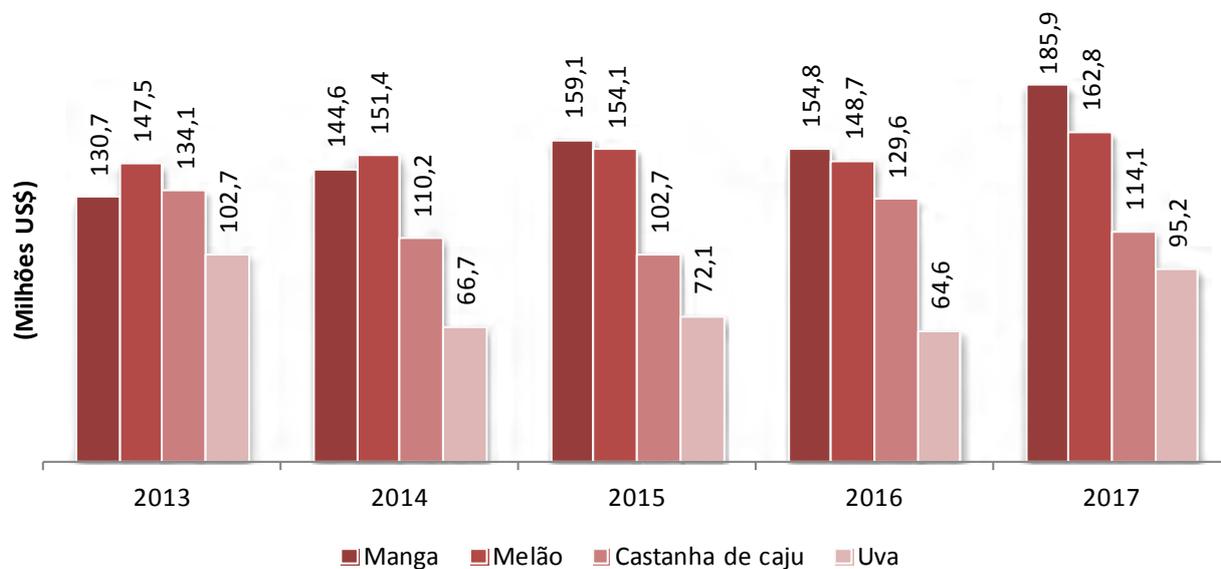
Em 2017, a fruticultura nordestina gerou US\$ 669,7 milhões em divisas, valor 9,1% superior a 2016, com crescimento das exportações principalmente de uva, melancia e melão. Ao contrário do faturamento nas exportações de castanha de caju entre 2016 e 2017, perda decorrente principalmente da redução da oferta provocada pelo longo período de severa estiagem. Ademais a baixa produção de castanha de caju nesse período afetou seriamente as indústrias de beneficiamento por falta de matéria-prima, prejudicando as exportações. Em 2017, apesar do crescimento da produção houve queda tanto

no volume quanto no valor exportado, indicando perda de mercado. Houve redução das exportações nordestinas de castanha de caju para a União Europeia, porém, a maior queda foi para os Estados Unidos. Também, a cultura da uva perdeu mercado entre 2013 e 2016 (**Gráfico 9**).

De acordo com Aires e Julião (2017), o Peru e a Índia cresceram expressivamente no mercado mundial de uva nos últimos anos, tomando parte do mercado do Brasil. Em resposta, os produtores do Vale do São Francisco têm investido em novas variedades de uva sem sementes, esse fato juntamente com dificuldades de produção em países concorrentes resultaram na retomada das exportações brasileiras de uva em 2017, que foi 47,3% superior a 2016, em termos de valor. Para Aires et al. (2018), a safra europeia de uva de 2017 foi finalizada antecipadamente, a África do Sul que é um importante fornecedor de uva para a Europa atrasou seus envios, pois enfrentou seca e também ocorreram fatores climáticos adversos em países concorrentes da América do Sul, assim, a janela de exportação de uva do Brasil, que normalmente ocorre entre setembro e novembro, foi ampliada.

Já o melão e a manga aumentaram as exportações em todo o período analisado. O melão, por ser cultura temporária irrigada, foi uma das que menos sofreu com a seca; no Ceará, a área com a cultura só foi reduzida de forma expressiva a partir de 2015 com o agravamento da crise hídrica no Estado. No Rio Grande do Norte, onde a principal fonte hídrica para a irrigação da cultura é poço, houve crescimento da área e da produção no período. Com relação à manga, apesar da redução da produção, as exportações da fruta continuaram firmes; um dos motivos foi a valorização da fruta na União Europeia resultado dos esforços dos produtores em atender as preferências dos consumidores.

Gráfico 9 - Valor (milhões de US\$) das exportações nordestinas de manga, melão, castanha de caju e uva entre 2013 e 2017

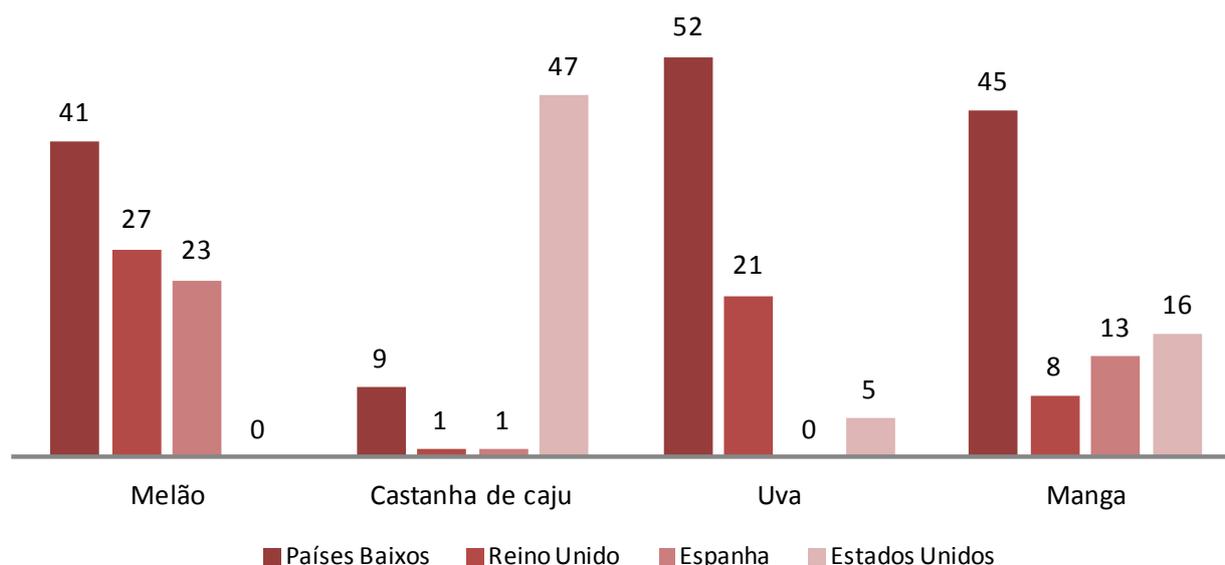


Fonte: SECEX/MDIC (2018).

Importante destacar que a Holanda (Países Baixos) é o principal destino das exportações nordestinas de frutas frescas. Em 2017, este País recebeu 41% do volume total exportado de melão, 52% da uva e 45% da manga. O porto de Rotterdam é o principal complexo de cargas da Europa, funcionando como um polo de distribuição de mercadorias, pois sua área de influência abrange diversos países europeus como a Bélgica, Luxemburgo, França (Leste), Alemanha, Suíça, Áustria e Itália (Norte) (COSTA, 2008).

O Reino Unido, por sua vez, recebeu em 2017, expressivo percentual das exportações nordestinas de uva (21%) e melão (27%). A Espanha é o terceiro destino mais importante para frutas frescas do Nordeste, em 2017, recebeu 23% e 13% do volume exportado de melão e manga, nessa ordem. Já os Estados Unidos são o principal importador de castanha de caju do Brasil (47%), sendo também importante destino para a manga (16%) (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Principais destinos das exportações nordestinas de manga, melão, castanha de caju e uva em 2017 (%)



Fonte: SECEX/MDIC (2018).

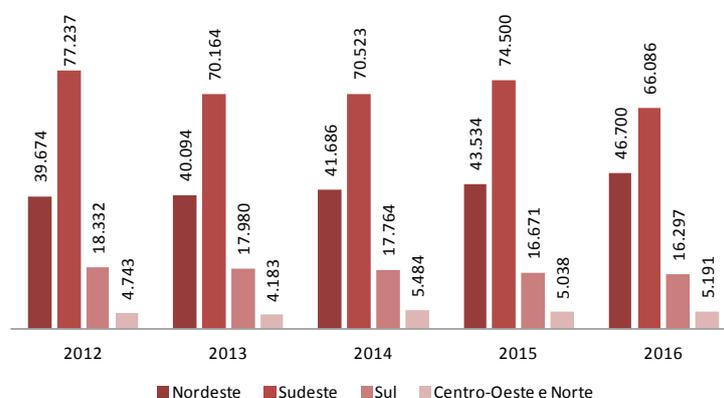
As importações nordestinas de frutas são pouco relevantes. Em 2017, a Região teve dispêndio de US\$ 90,7 milhões com importação de frutas (incluindo castanhas e nozes) e, no mesmo período, o faturamento com as exportações de frutas foi de US\$ 669,7 milhões. As principais frutas frescas importadas são maçã (7,6% do valor total), Pera (11,9%) e uva (5,8%). Em 2017, se intensificaram as importações de castanha de caju, que representou 43% do valor total das importações de frutas para o Nordeste. As importações de castanha de caju evidenciam a crise de oferta do produto na Região e as dificuldades pelas quais estão passando as indústrias. Quase toda a castanha de caju importada pelo Nordeste tem como origem a Costa do Marfim (98,9%).

7 GERAÇÃO DE EMPREGOS³

A fruticultura se destaca como importante geradora de empregos formais no setor rural nordestino. Beneficiada pela boa oferta de mão de obra, condições ambientais e financiamento constitucional, o segmento de frutas de lavouras permanentes cresceu 4% a.a. na quantidade de

empregos formais diretos no período compreendido entre 2010 e 2016, apesar da seca que ocorreu a partir de 2012. Ao final de 2016, este segmento empregava mais de 46 mil trabalhadores, 34,8% do total empregado no setor no Brasil (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Quantidade de contratos de trabalho para o cultivo de frutas de lavouras permanentes, no período de 2012 a 2016

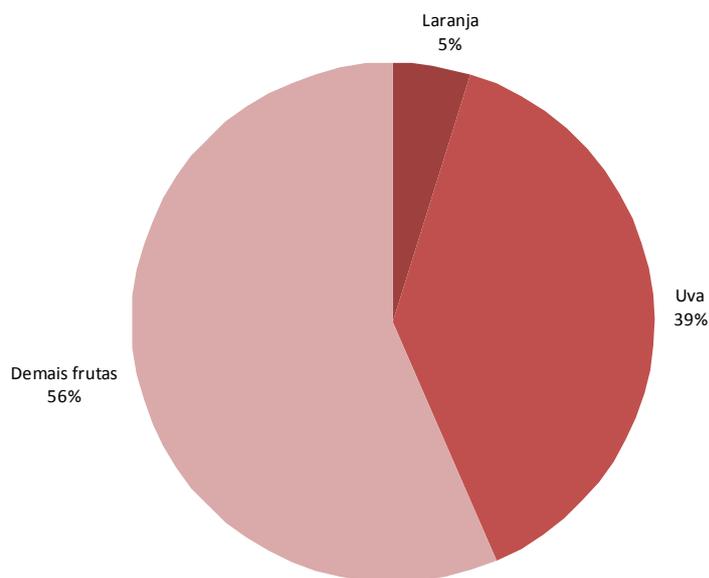


Fonte: Adaptado de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (MTE, 2018).

³ Foram usados os dados da Produção Agrícola Municipal - PAM (IBGE, 2016) e da Relação Anual de Informações Sociais (MTE, 2016) referentes aos anos de 2014 e de 2015, respectivamente.

No Nordeste, dentre as atividades da fruticultura mais intensivas em mão de obra está o cultivo de uva, que concentrou 39% dos empregos diretos na fruticultura em 2016. Não obstante, de um total de 21 mil contratos no Brasil para o cultivo da uva, 86% estavam no Nordeste, com destaque para Pernambuco (13.408) e Bahia (4.621). Esses dois estados foram responsáveis por 32,5% da produção nacional de uva, cerca de 320 mil toneladas em 2016. Importante que o maior produtor nacional de uva é o Rio Grande do Sul, com 413,7 mil toneladas (42% da produção nacional). Porém, a atividade nesse Estado é predominantemente familiar, motivo pelo qual apenas 3,1% dos trabalhadores formais do País para o cultivo da uva são gaúchos. No vale do São Francisco, região que responde por 98,9% da produção total de uvas do Nordeste, sendo 75% em Pernambuco e 24% na Bahia, a atividade emprega formalmente 1,8 pessoa/hectare. No cultivo da laranja, os empregos formais estão concentrados no Sudeste. Em 2016, São Paulo detinha 83,7% dos trabalhadores do País e no Nordeste existiam apenas 4,9% dos contratos. Dentro do Nordeste, os empregos gerados pelo cultivo da laranja representam apenas 5% do total do setor (**Gráfico 12**) e estão concentrados quase que totalmente na Bahia e em Sergipe, que em 2016 detinham 66% e 33% respectivamente, dos contratos formais para a cultura na Região.

Gráfico 12 - Participação percentual das culturas na geração de vínculos empregatícios no setor frutícola do Nordeste



Fonte: Adaptado de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (MTE, 2018).

8 CONTRATAÇÕES

Em 2017, as aplicações totais para fruticultura na área de atuação do BNB, somaram cerca de R\$ 335 milhões. Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte foram os estados que receberam o maior percentual dos recursos entre 2013 e 2017, pois são os que possuem as maiores áreas com fruticultura na Região, considerando culturas irrigadas e de sequeiro. Estados do semiárido no qual é relevante citar o papel desenvolvimentista do Banco do Nordeste. Em 2017, o BNB aplicou cerca de R\$ 335 milhões na fruticultura, desse total na 62,3% foi destinado para mini e 13,3% para pequenos fruticultores. Grandes e médios produtores receberam juntos 16,7% dos recursos (**Tabela 3; Gráfico 13**).

Tabela 3 - Quantidade de operações e valor contratado para fruticultura na área de atuação do BNB em 2017 por porte

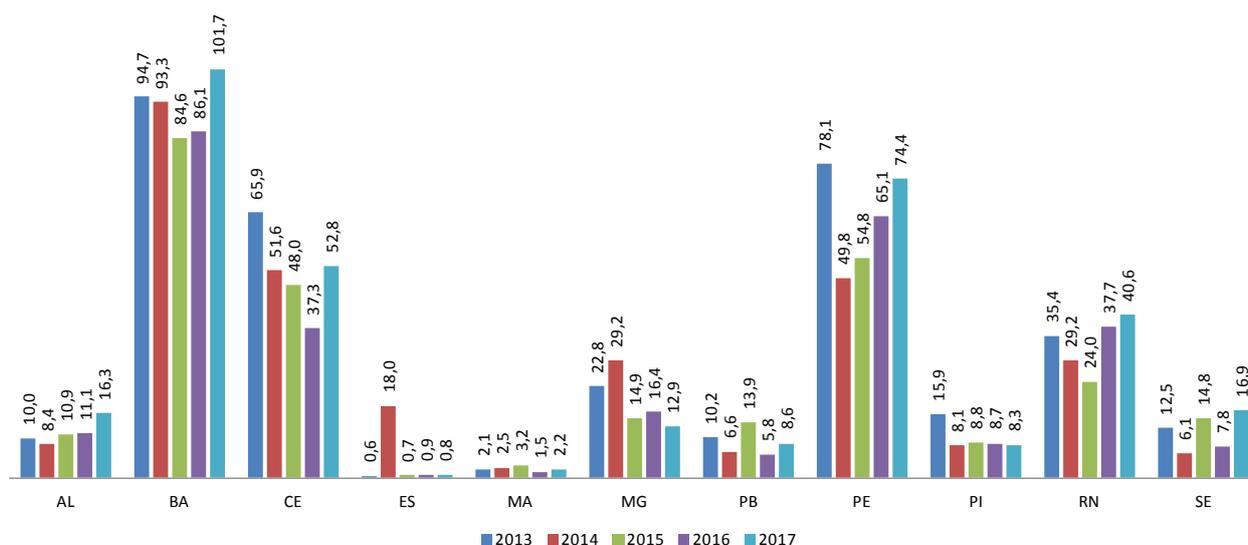
Porte	Número operações		Valor contratado	
	Quantidade	%	R\$	%
Grande	9	0,03	28.098.272	8,37
Médio	16	0,05	28.073.042	8,37
Mini	29.811	99,35	208.966.147	62,28
Pequeno	150	0,50	44.571.821	13,28
Pequeno-médio	20	0,07	25.804.532	7,69
Total	30.006	100,00	335.513.814	100,00

Fonte: Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração: BNB/ETENE (2018).

A seca que ocorreu no Nordeste a partir de 2012 afetou também a demanda por crédito, até mesmo em estados onde a fruticultura é irrigada. No Ceará, o financiamento para a fruticultura foi decrescente até 2016, no ano seguinte, a recuperação foi decorrente principalmente do crescimento das aplicações para as culturas do caju e banana nas regiões onde houve melhores condições de chuva. Em 2015, a redução das aplicações na Bahia foi decorrente da queda das contratações para a cultura do cacau que sofreu bastante com os baixos volumes de chuvas. Em 2016, o financiamento para o cacau voltou a se recuperar, porém houve retração nos investimentos de algumas culturas irrigadas. No Rio Grande do Norte, com o retorno das chuvas houve crescimento do financiamento de culturas irrigadas; em 2016, para banana e melão e em 2017, para a uva, banana e manga (**Gráfico 13**).

Já com o retorno das chuvas em 2017, algumas lavouras permanentes de sequeiro começaram a se recuperar, a exemplo da cajucultura. Para 2018, em decorrência do baixo volume de água armazenada nos reservatórios, não se espera expansão da área com fruticultura irrigada no Nordeste, mas a manutenção da área em produção.

Gráfico 13 - Fruticultura - Valor contratado (milhões de reais) por estado na área de atuação do BNB entre 2013 e 2017



Fonte: Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração: BNB, ETENE.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A viabilização da irrigação por meio da implantação de infraestrutura hídrica possibilitou a criação e consolidação de polos de fruticultura em alguns estados do semiárido, mantendo-se a viabilidade da irrigação durante dois ou mais anos de estiagem. Ressalta-se que, devido às restrições hídricas e de solo, um pequeno percentual da área do semiárido é passível de irrigação, ou seja, é necessária a garantia de água suficiente para estiagens prolongadas, mas, também, a transferência de tecnologias de manejo nos tratamentos culturais.

Contudo, o recente e demasiado longo período de estiagem (2012 a 2016) se tornou um desafio pelo nível de comprometimento na produção agropecuária na Região. Reorganizar a produção e os produtores sem a certeza de boas quadras chuvosas futuras é uma necessidade imperativa. Entenda-se que as culturas de sequeiro foram as primeiras a reduzirem a área e a produção, no entanto, com o agravamento da crise hídrica, o problema se estendeu para os cultivos irrigados. Assim, diante da incerteza do clima, urge premente a conclusão das obras de infraestrutura hídrica e o fortalecimento das instituições de apoio técnico e operacional à fruticultura irrigada, aos perímetros irrigados e de infraestrutura hídrica, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

Outro aspecto interessante para ação efetiva dos diversos atores das cadeias de frutas é que, muito embora haja grande extensão territorial e diferentes condições climáticas da área de atuação do BNB com potencial de desenvolvimento de uma fruticultura diversificada, este segmento é concentrado espacialmente e pouco diversificado. Além disso, algumas atividades de sequeiro, que respondem pela maior parte de valor de produção do segmento, são culturas que ocupam as maiores áreas na Região, no entanto, sob o ponto de vista econômico possuem eficiência muito baixa. Por outro lado, essas cul-

turas são de elevada relevância social. De uma forma geral, a fruticultura na área de atuação do BNB é importante na geração de empregos diretos e indiretos no segmento patronal e na geração de postos de trabalho e de renda para a agricultura familiar.

Por fim, dada as incertezas com relação ao comportamento do próximo período chuvoso, e o baixo volume de água armazenada nos açudes, não é recomendável, no ano atual, a implantação de cultivos permanentes de sequeiro e de culturas irrigadas em áreas que tenham os reservatórios como principais fontes hídricas. No entanto, é importante o investimento na manutenção dos pomares já existentes de culturas permanentes, com a perspectiva de melhores preços pagos ao produtor.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS/SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE RESERVATÓRIOS. ANA/SAR. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://sar.ana.gov.br/Nordeste>>. Acesso em: 31 de ago. 2017.
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS/SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE RESERVATÓRIOS. ANA. Sala de situação. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/sala-de-situacao/sao-francisco/sao-francisco-saiba-mais>>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- AIRES, H. S.; et al. Cenário externo favorece e embarques se recuperam. Uva. **Hortfruit Brasil**. ano 16. N. 175. Fev. 2018. 2017. P. 28. Disponível em: <<http://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/chove-na-minha-horta-em-2018.aspx>>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- AIRES, H. S.; JULIÃO, L. Uva. Brasil perde espaço, mas embarque pode subir com novas variedades. **Hortfruit Brasil**. ano 16. N. 163. Nov. 2017. P. 13. Disponível em: <<http://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/ha-espaco-para-exportar-mais-a-uniao-europeia>>.

aspx>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA. **Mamão: área pode diminuir novamente em 2018**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/mamao-cepea-area-pode-diminuir-novamente-em-2018.aspx>>. Acesso em: 04 de jun de 2018.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Resolução nº 1.043, de 19 de junho de 2017**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jun. 2017. Seção 1, p. 54.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agência Nacional de Águas. **Resolução nº 33, de 30 de abril de 2018**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 mai. 2018. Seção 1, p. 144.

COSTA, M. B. B. da. **Documento setorial: Portos e Hidrovias. Sistema produtivo 02. Perspectiva de investimento em transporte**. Instituto de Economia da UFRJ/Instituto de Economia da UNICAMP. Nov. 2008. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/ds_transportes_portos.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. FAO. FAOSTAT. **Divisão de estatística**. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/download/Q/QC/E>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

POLL, H. **Anuário brasileiro da fruticultura 2013**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2013. 136p.

REETZ, E. R. et al. **Anuário brasileiro da fruticultura, 2009**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2009. 128p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Base de dados**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados>>. Acesso em: 22 de ago. 2017.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS. **Reservatórios – 29/05/2018**. Disponível em: <<http://ons.org.br/pt/paginas/energia-agona/reservatorios>>. Acesso em: 01 jun ago. 2018a.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS. **O que é o SIN - Sistema Interligado Nacional**. Disponível em: <<http://ons.org.br/pt/paginas/sobre-o-sin/o-que-e-o-sin>>. Acesso em: 18 ago>. 2017b.

SANTOS, J. A. N. dos et al. **Fruticultura nordestina: desempenho recente e possibilidades de políticas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 304 p.: (Série documentos do ETENE, 15).

SANTOS, J. A. N. dos; et al. **A agroindústria de alimentos de frutas e hortaliças no Nordeste e demais áreas de atuação do BNB: desempenho recente e possibilidades de políticas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 324p. – (Série documentos do Etene, n. 24).

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX/MDIC. **Base de dados**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em: 08 de jul. 2017.

ANÁLISES DISPONÍVEIS

- [Energia solar](#)
- [Indústria de bebidas alcoólicas](#)
- [Carnes: não basta ser líder em volume, tem que faturar](#)
- [Gastos na cadeia de saúde dos estados do Nordeste, Norte de Minas gerais e do Norte do Espírito Santo](#)
- [Produção de mel na área de atuação do BNB entre 2011 e 2016](#)
- [Indústria de alimentos](#)
- [Produção de algodão](#)
- [Setor sucroenergético nordestino](#)
- [Shopping centers](#)
- [Petróleo e gás natural](#)
- [Cajucultura nordestina continua em declínio](#)
- [Rochas ornamentais: novas perspectivas de investimento](#)
- [Textile industry \(english version\)](#)
- [Produção de Grãos: feijão, milho e soja](#)
- [Turismo no Nordeste: aspectos gerais](#)
- [A adaptação do Nordeste ao cenário de modernização da cocoicultura](#)
- [Indústria petroquímica](#)
- [Infraestrutura de saneamento na região Nordeste](#)
- [Desempenho da apicultura nordestina em anos de estiagem](#)
- [Produção de grãos: grandes desafios do agricultor brasileiro](#)
- [Produtor de café no Brasil: mais agro e menos negócio](#)
- [Semiárido: setores estratégicos e o déficit na produção de bens finais](#)
- [Retrato da silvicultura na área de atuação do Banco do Nordeste](#)
- [Potencialidades da energia eólica no Nordeste](#)
- [Indústria da construção civil](#)
- [Logística de armazenagem: Produtos químicos](#)
- [A Indústria de vidros planos](#)
- [Análise dos fluxos de comércio no semiárido](#)
- [Indústria de autopeças](#)
- [Carcinicultura no Nordeste: velhos desafios para a geração de emprego e renda](#)
- [Matriz de Insumo-Produto do Nordeste: demanda final doméstica](#)

PRÓXIMAS ANÁLISES

- Economia criativa: artesanato
- Energia térmica
- Cerâmica vermelha
- Energia eólica
- Citricultura
- Floricultura
- Café
- Olericultura
- Mandioca
- Carnicultura
- Têxtil
- E-commerce